

■ NACIONAL

Esse Brasil

Fernando Henrique confirma aumento da CPMF

Presidente adianta que corte no Orçamento do ano que vem será de R\$ 8,7 bilhões. Saúde abre mão de R\$ 1 bilhão e é o primeiro ministério a definir redução dos gastos

32
Cíntia Sasse e Ruy Fabiano
de Brasília

Sem qualquer acordo fechado com a sua base parlamentar, o presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia hoje o programa de ajuste fiscal, que será precedido de um café da manhã no Palácio da Alvorada, com as lideranças governistas. Caberá ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentar as medidas à imprensa, às 11h. À tarde, elas serão detalhadas pelos secretários-executivos da Fazenda, Pedro Parente, e do Planejamento, Mártus Tavares.

No pronunciamento de ontem à noite em rede de rádio e TV, o presidente Fernando Henrique adiantou que o corte proposto ao Congresso, no orçamento do próximo ano, é de R\$ 8,7 bilhões. Classificou a redução como “sem precedentes” e disse que ela mostra “determinação do

governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo”.

Pelo menos um ministério já está com o corte definido. Antes de viajar para Espanha, o ministro José Serra acertou com o presidente reduzir em no máximo R\$ 1 bilhão o orçamento do Ministério da Saúde, em 1999. Isso equivale a 5% do orçamento total deste ano. Ontem, o Supremo Tribunal Federal decidiu reduzir em torno de 20% o seu orçamento para o próximo ano, passando de R\$ 124 milhões para cerca de R\$ 100 milhões.

Pela primeira vez, o presidente Fernando Henrique falou claramente em aumento de impostos — um tema delicado nas negociações com

os aliados. Citou a Cofins e a CPMF, sem mencionar alíquotas.

Ontem, no entanto, lideranças governistas já se manifestavam objetivamente contrárias a uma eventual elevação da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,4%. “Isso não está no acordo”, estranhou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA), antes de se encontrar com Fernando Henrique, ao lado do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), no início da noite. O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira, avaliou: “Mantido o acerto anterior, de 0,3%, e sua transitoriedade, o aumento da CPMF passa no Congresso”.

Apesar dessa resistência, o presi-

dente Fernando Henrique insistiu com Temer e Antonio Carlos na importância da elevação da alíquota da CPMF. Justificou que “a cada 0,1 ponto percentual na alíquota, há um aumento na arrecadação de R\$ 4 bilhões”. Por isso, disse aos dois presidentes do Legislativo que a CPMF deverá ficar entre 0,35% e 0,40%.

O economista Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES no início do atual governo, considerou vital esse aumento da CPMF. Ao lado disso, ele alinha no mesmo grau de importância a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal e a contribuição dos inativos, dois itens que Fernando Henrique omitiu ontem na TV.

A contribuição maior para o ajus-

te de curto prazo deverá vir dos servidores públicos. Em seu pronunciamento, na véspera do Dia do Funcionário Público, Fernando Henrique responsabilizou o governo federal por quase a metade do déficit da Previdência — R\$ 18 bilhões para um total de R\$ 42 bilhões este ano. E avisou que irá aumentar “um pouco” a contribuição previdenciária do funcionalismo.

O presidente frisou que não haverá qualquer modificação no imposto de renda das pessoas físicas nem no INSS ou “nos impostos que acabam recaindo sobre os mais pobres”. Destacou que “as medidas são transitórias para atender uma situação de emergência”, comprometendo-se

a suspendê-las “assim que conseguirmos restaurar maior equilíbrio em nossas contas”.

Ele reconheceu que as medidas que serão anunciadas hoje não são suficientes para assegurar uma “solução definitiva” para o equilíbrio das contas públicas. E voltou a insistir na importância das reformas da Previdência e Administrativa. Classificou de “urgentíssima” a reforma tributária.

Aos governadores, Fernando Henrique reforçou a advertência de que os estados precisam ajustar a sua folha de salários aos limites da lei Camata (que restringe os gastos com pessoal a 60% da receita líquida). E deixou claro que a nova lei de finanças públicas pretende enquadrar União, estados e municípios.

(Colaboraram Vicente Nunes e Juliano Basile)